

País propõe mudança ao Fundo

O ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, comunicou ao Fundo Monetário Internacional, que o Brasil pretende abandonar o **extended found facility** - programa de três anos, que deveria ser concluído em fevereiro do próximo ano - e substituí-lo por uma linha de crédito **stand by**. O **extended found facility** foi criado depois da crise de 1979, com o objetivo de financiar o ajuste estrutural das economias dos países altamente endividados. Parte do pressuposto de que o alto nível de endividamento se deve a causas estruturais e, portanto, requer modificações econômicas de cunho estrutural.

Seu prazo de vigência é de três

anos e durante esse período o FMI financia o déficit do balanço de pagamentos do país devedor. Esse crédito deve ser pago no prazo de oito anos e o volume de recursos concedidos é maior - se comparado ao **stand by**. Por outro lado, este último representa uma linha de crédito tradicional, que objetiva financiar desequilíbrios passageiros, por parte das nações devedoras. Sua vigência é de 12 a 18 meses, envolvendo menor volume de recursos e menor prazo de pagamento comparados ao **extended found facility**. Nos dois casos, no entanto, o Brasil terá que redigir uma Carta de Intenção, com metas de desempenho econômico e com os de-

semboleiros condicionados ao cumprimento dessas metas.

O que varia do **extended facility** para o **stand by** é o grau de condicionalidades imposto a cada uma das linhas de crédito do FMI. No **extended facility**, o grau de exigências é maior do que no **stand by**. Mas, este último envolve financiamento menor, por prazo menor e, se o **board** do Fundo aceitar a troca, ao invés desse organismo internacional deixar de supervisionar sistematicamente as contas brasileiras em fevereiro do próximo ano, tal auditoria deverá se estender até fevereiro de 1987 - se o acordo for concluído até agosto próximo.